

DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS EM UMA PESQUISA INTERINSTITUCIONAL SOBRE O USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA

Clélia Néri Côrtes¹
Elias Lins Guimarães²
Jorge Tarqui³

RESUMO: *Envolvendo, inicialmente, uma equipe de pesquisadores da UCSal e quatro estudantes de iniciação científica, a pesquisa visa estudar como vêm se dando os diálogos de saberes e práticas entre famílias, organizações socioculturais e órgãos governamentais responsáveis pela implementação das políticas públicas voltadas para uso e conservação da água na bacia do rio Itapicuru, um estudo a partir uma perspectiva qualitativa, que não exclui os dados quantitativos. Essa pesquisa se insere em um projeto mais amplo, articulado entre a UCSal e a UFBA e com o apoio da EMBRAPA. Como projeto interinstitucional que visa a “realizar um estudo do uso e conservação dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, entre os múltiplos usuários da água da bacia do rio Itapicuru, incluindo a interface com a região costeira”, inclui, como um dos seus objetivos específicos, “a participação da comunidade”. Nesse contexto, considerando que as comunidades são formadas por redes sociais nas quais as famílias se inserem e desenvolvem suas atividades socioculturais e econômicas, este projeto específico tem como foco a família e suas relações com outros espaços de construção e reconstrução de saberes e de práticas ressignificados na vida cotidiana. Dentro dos primeiros passos do projeto, foram iniciadas oficinas de articulação e discussão com os demais grupos de pesquisa do projeto interinstitucional, para a definição da metodologia e técnicas participativas a serem trabalhadas com comunidades. Os resultados preliminares dessas discussões são apresentados neste artigo, esperando-se que sejam de utilidade para outros projetos da mesma natureza.*

Palavras-chave: Família; Metodologia Participante.

A PESQUISA EM SITUAÇÃO DE INTERVENÇÃO DO SER HUMANO E A DIVERSIFICAÇÃO DA NATUREZA

A pesquisa atinente às problemáticas ambientais implica a articulação de informações sobre o meio físico e sociocultural, interpretadas de forma interativa. Tal procedimento se justifica diante da consideração de que o espaço natural, em eterno movimento, sempre se altera, e que a intervenção do ser humano no referido espaço, sobretudo quando mediada pelo uso das técnicas e novas tecnologias, como observa Santos (1993 e 1998), amplia a diversificação da natureza. Nessa dinâmica, modificam-se e mantêm-se aspectos da paisagem e das relações, nos espaços socioculturais e ambientais, e, conseqüentemente, os saberes e práticas – as significações, os etnométodos e seus procedimentos. Uma ciranda que gira o espaço-tempo altera os processos produtivos em cada momento e lugar, movendo-se pelas interações locais e global.

As relações de homogeneização, a exclusão social e a degradação ambiental se agravaram diante da globalização econômica, que interfere no plano macro e micro das relações socioeconômicas e culturais. No plano micro, as ocupações humanas e a dinâmica produtiva, com as várias demandas de recursos hídricos, aceleram a degradação desse recurso. Nesse

¹ Doutora em Educação pela FACED- UFBA e Professora do Mestrado de Ciência da Família – UCSal.

² Doutor em Educação pela FACED- UFBA e Professor do Mestrado de Ciência da Família – UCSal.

³ Doutor em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental. Professor da UCSal e da UNEB.

processo, além de outros fatores, as práticas agrícolas inadequadas têm comprometido a dinâmica do ciclo da água e, conseqüentemente, a qualidade ambiental. As políticas governamentais, muitas vezes homogêneas, desconsideram os saberes e práticas dos sujeitos individuais e coletivos, não construindo, de forma efetiva, um processo participante na elaboração, implementação e avaliação de uma significativa política pública.

Dessa forma, a intervenção produtiva, no âmbito local, interfere e sofre interferência global. Um exemplo disso é a produção agrícola que utiliza os sistemas de irrigação, movidos por diferentes mecanismos, promovendo a intensificação do uso da água de bacias hidrográficas. Isso implica um aumento de demanda de recursos naturais em diferentes escalas e magnitudes, trazendo um impacto ambiental que compromete o aspecto quali-quantitativo do meio ambiente, gerando um conflito entre os diversos atores quanto à utilização dos recursos naturais.

Essa situação se agrava quando os sistemas de irrigação estão localizados em regiões semi-áridas, como no caso daqueles que se situam na bacia do rio Itapicuru. As técnicas de irrigação, cada vez mais sofisticadas, vão justamente alterar as formas de uso e conservação da água tradicionalmente utilizadas pelos agricultores e suas famílias, e, ao alterar a formação sociocultural e espacial de cada lugar, altera não só a paisagem, mas a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos. Tal acontecimento tem levado, na relação sociedade e estado, à definição de políticas, de ações diversas e à elaboração de instrumentos legais que buscam a conservação e o uso racional dos recursos naturais, entre eles os recursos hídricos, no âmbito nacional, estadual e local. Inicia-se, então, a formação de redes sociais na relação entre organizações socioculturais e poderes políticos locais e regionais, e delas participam os agricultores de cada família.

Nesse contexto é que se insere o projeto de pesquisa e intervenção denominado: “Estudo para o planejamento integrado para o uso e conservação dos recursos hídricos da bacia do rio Itapicuru - BA”, que envolve pesquisadores da UCSal e da UFBA.

A ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS

Pensar e desenvolver uma pesquisa a partir de uma articulação interinstitucional tem implicado um processo de diálogo sistemático, a partir de referenciais de distintas áreas do conhecimento e perspectivas teórico-metodológicas. Esse processo de interlocução vem possibilitando o aprofundamento imprescindível para a pesquisa e para ações cooperadas sobre o “uso e conservação dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, entre os múltiplos usuários da água da bacia do rio Itapicuru, incluindo a interface com a região costeira”. Partindo do objetivo geral do Projeto e da problemática inicialmente pensada entre pesquisadores das universidades envolvidas, posteriormente debatida com os possíveis parceiros, no desenvolvimento da pesquisa se articulam quatro subprojetos que envolvem equipes específicas, com enfoques e procedimentos metodológicos distintos, os quais dialogam na perspectiva de articulação das informações geradas, visando à proposição de estratégias de planejamento e gestão ambiental participante, em busca da qualidade socioambiental na bacia do rio Itapicuru. Tendo como parâmetro o objetivo comum, entre os objetivos específicos vinculados de forma direta ao subprojeto quatro, que trata da elaboração de um programa de gestão do uso racional e da conservação dos recursos hídricos, inclui-se “a participação da comunidade” no diálogo com as políticas públicas na área, através de um processo que envolve órgãos governamentais, não-governamentais e grupos de pesquisa das duas universidades envolvidas. Considerando que as comunidades são formadas por redes familiares que desenvolvem suas atividades socioeconômicas, e que a família pode ser compreendida como um dos espaços de construção e reconstrução de saberes e de práticas, um dos subprojetos específicos é o de “Família, organizações socioculturais e políticas públicas: saberes e práticas no uso e conservação da água”. A partir de uma perspectiva interinstitucional e multirreferenciada, esse subprojeto visa,

através de um processo de pesquisa-ação-formativa, conhecer os saberes e práticas de famílias usuárias de água na bacia do Itapicuru e sua participação nos diálogos estabelecidos com as organizações socioculturais e órgãos governamentais na formulação e implementação de políticas públicas na área.

A equipe desse subprojeto, junto às demais equipes de pesquisa da UCSal e da UFBA, pautadas nas suas definições, nos primeiros encontros, discutiram as redefinições de estratégias e procedimentos metodológicos estabelecidos no projeto inicial, além de procederem ao levantamento de outros parceiros no âmbito governamental e não governamental. E, situando-se na fase exploratória da pesquisa, no aprofundamento das interlocuções estabelecidas, passaram a definir os espaços de pesquisa ao longo da bacia do rio Itapicuru. Esse processo tem levado as equipes das duas universidades referidas a identificar os distintos objetivos pelos quais os parceiros se associam ao processo de pesquisa e às ações formativas, e como contribuir para a consecução de um objetivo comum: a construção e implementação de políticas públicas voltadas especificamente para a problemática estudada. Esses encontros também vêm facilitando a articulação de cronogramas de trabalho, a identificação, os registros, as análises documentais e as trocas de informações, através de uma rede de informação discursiva, o que também vem permitido conhecer as metodologias de trabalho em desenvolvimento nos projetos de órgãos governamentais que atuam nas diferentes bacias hidrográficas e, em especial, a do rio Itapicuru. Procedimentos semelhantes serão desencadeados com as organizações socioculturais locais e as famílias que vivem e são usuárias das águas nos espaços da pesquisa de campo, através de um ir e vir de informações, formulação de questões, reflexões coletivas e redefinições sempre necessárias em um processo coletivo, no qual os participantes da pesquisa também são considerados parceiros e não pesquisados.

Como atividade da fase exploratória da pesquisa, também vêm sendo organizadas oficinas de socialização de conhecimentos sobre a política nacional e a estadual de recursos hídricos, e as informações produzidas pelos órgãos governamentais no âmbito estadual. O grupo vem também participando de eventos que debatem sobre distintas questões referentes a bacias hidrográficas e outras temáticas pertinentes aos aspectos teórico-metodológicos. Além dos encontros e da participação em eventos, vêm sendo desenvolvidas uma análise documental e entrevistas com técnicos dos órgãos governamentais.

Situando-se no plano teórico-metodológico e visando a aprofundar a compreensão sobre política pública, uma das categorias imprescindíveis na pesquisa, iniciou-se um diálogo com outros pesquisadores voltados para estudos e pesquisa baseados sobre esse tema. Nesse sentido, parte da equipe do subprojeto (quatro) participou de seminários organizados pelo grupo Sociedade Civil e Políticas Públicas na Bahia –SOCIBA/UFBA, assim como, em parceria com esse e com outros grupos de pesquisa e ação formativa, organizou um seminário específico dentro do Programa de Mestrado de Ciências da Família da UCSal intitulado: “Família e Relações e Socioculturais e Ambientais⁴”, no qual uma das questões tratadas foi a da política pública, compreendida como uma política que é construída na relação entre órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, inserida numa dinâmica de participação cidadã, na qual os sujeitos envolvidos buscam não apenas ter acesso à lei, no sentido de fazer valer os direitos conquistados, mas também são concebidos como formuladores de direitos, como observa Teixeira (2001, p.26). Salienta ainda esse autor que “há instrumentos inclusive legais e constitucionais, para isso”.

⁴ Esse seminário foi organizado pelo Grupo de Pesquisa em Família, Educação, Relações Socioculturais e Ambientais - GPERSF e CEPEX\UCSal, em parceria com Fundo das Nações Unidas para a Infância –UNICEF, Rede Cooperativa de Pesquisa e Intervenção em (In)formação Currículo e Trabalho – REDPECT\FACED, Sociedade Civil e Políticas Públicas – SOCIBA, Profissionalização para a Cidadania- CEAUFROUFBA e Movimento de Organização Comunitária – MOC.

O desenvolvimento de políticas públicas, bem como de pesquisas numa perspectiva de (in)formação para cidadania local e planetária, portanto implicada as relações socioculturais e ambientais, requer a formulação, implementação e acompanhamento de ações e reflexões construídas coletivamente, com base em processo dialógico entre os sujeitos sociais dos espaços universitários, das instituições públicas e das organizações dos usuários da água da bacia do rio Itapicuru, considerando que esses usuários também observam e agem a partir do saber-fazer cotidiano, nas relações intra e extrafamiliares, e, nessa dinâmica, desenvolvem novos conhecimentos.

O referido seminário também discutiu múltiplas concepções de família, e, em uma delas, a de que a família é um dos espaços de socialização de conhecimentos e de novas aprendizagens. Seus saberes e práticas, tradicionais e recentes, podem contribuir e transformar-se, à medida que os diálogos possam ocorrer.

Nessa perspectiva, como discutir e construir as metodologias e técnicas participativas como referenciais que subsidiem a participação cidadã, na formulação e controle social das políticas já implementadas de forma cooperada e crítica? Como desenvolver uma pesquisa que pretende não apenas contribuir com os órgãos públicos e suas unidades, mas também subsidiar a constituição e avaliação formativa da rede social na qual a família se insere, como usuária da água, com organizações socioculturais locais e órgãos do Estado? Como pensar e fazer, situando-se teoricamente numa construção coletiva com os usuários da água, vislumbrando a sua participação como sujeitos desse processo, uma vez que a gestão dos recursos hídricos deve situar-se nas práticas e experiências dos múltiplos saberes e fazeres dos sujeitos sociais, sem jamais desconsiderar o papel desse sujeito suas práticas, suas experiências, seus saberes?

Nesse sentido, torna-se importante conhecer quais são os etnométodos utilizados pela família e quais os diálogos possíveis. Sabe-se, por exemplo, que, na área de Ponto Povo, onde vivem e trabalham 84 famílias de irrigantes, existem duas associações, uma associação de mulheres e uma associação de irrigantes. Como os órgãos públicos trabalham com essas associações e as famílias, considerando os múltiplos saberes e práticas políticas de uso e conservação da água em cada assentamento e na formação dos Comitês de bacia?

Cientes de que, antes de o Estado formar o Comitê de bacias, as organizações socioculturais de cada comunidade e as famílias têm suas próprias estratégias, considera-se que não adianta formar um comitê de bacias de cima para baixo. É fácil instalar um comitê de bacias; o problema é garantir que ele tenha uma base no que realmente está proposto na lei, o que exige a participação ativa da sociedade. Então, em pesquisa, do ponto de vista crítico-cooperativo, o que interessa é a participação da sociedade organizada nesse processo e que, nele, as famílias interajam na rede social, pois os saberes e as práticas não marcam simplesmente experiências individuais, uma vez que elas são socializadas e contextualizadas no local e no global. Importa saber como se dá esse processo de aprendizagem, como ele é disseminado nos espaços socioculturais e entre eles, no conjunto de famílias que atuam como usuárias da água. Assim, pretendemos interagir, compreender e explicar como esses saberes são constituídos através de redes, passo a passo, na perspectiva de diálogo das políticas públicas, e não apenas considerar aquelas advindas exclusivamente do Estado. Então, em que pese toda a normatização em relação à estruturação do comitê de bacias, não se pode desconsiderar os micro-espacos e o papel da família nesse contexto das redes permeadas de saberes, de experiências, de vivências quanto ao uso e conservação da água. O comitê se constitui para mediar as discussões, para institucionalizar, regular e normatizar, mas, em nenhum momento, desconsiderar o nível de organização de cada comunidade.

Levando em conta essas considerações, a coordenação geral do projeto e os sub-coordenadores, com os pesquisadores e estudantes envolvidos, da Universidade Federal e da Católica, vêm definindo os destaques específicos da pesquisa, dialogando, inicialmente, com os órgãos públicos que já vêm trabalhando ao longo da bacia do Itapicuru, detentores de

informações bastante explicitadas sobre a origem e a história de cada projeto agrícola. E, de certa forma, pontuando uma leitura crítica sobre a história desses projetos, como eles vêm se dando, com base nas políticas do Banco Mundial e não numa constituição participativa efetiva da sociedade.

Outro aspecto do trabalho de pesquisa como um todo é o fato de que, enquanto uma equipe vai trabalhar com dados macro, gerando uma série de informações em escala ampliada do ponto de vista da bacia, as outras equipes vão colher alguns dados nessa, de dados locais e focais do ponto de vista micro. Mas, na realidade, os dados produzidos em escala maior vão ter de ser transferidos aos locais das relações socioculturais e ambientais nas quais as famílias vivem e produzem. Esse é um desafio na pesquisa-ação coletiva. No ir e vir, também as informações micro, produzidas nos espaços locais, vão ser trabalhadas, expostas e incorporadas às informações macro. Aí se encontra o ápice do desafio: estabelecer uma interlocução de informações macro com informações micro, situando-se no plano da técnicas e das relações humanas.

Neste momento, começamos a definir os instrumentos da pesquisa. E esses instrumentos da pesquisa serão reestruturados e realimentados à medida que nós estamos indo à área para decidir e dialogar com esses sujeitos que constituem o processo organizativo no plano local. Então, o processo da pesquisa, em cada passo, será construído através do diálogo com o grupo de participantes e, ao mesmo tempo, ao apresentar seus resultados, novas questões serão geradas. E isso se dará através de oficinas e seminários com os participantes da pesquisa nos espaços locais e das universidades.

Talvez sejam esses os diferenciais do trabalho que está sendo realizado. Do ponto de vista metodológico, o foco da pesquisa e seu propósito axial é buscar perceber como essa concepção de produção do conhecimento se materializa em técnicas e tecnologias que permitem articular saberes e práticas, pesquisa e extensão, de modo indissociável, para que se possa avançar na formulação e implementação de políticas públicas que consideram as vivências e as ações dos sujeitos frente à realidade de cada localidade.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Milton. **O espaço cidadão**. 2. ed., São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço, técnica e tempo; razão e emoção**. 3. ed., São Paulo: HUCITEC, 1999.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Sociedade civil e participação cidadã no poder político local**. Salvador: Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia, 2000.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso & RIBEIRO, Isadora. **Políticas Públicas e cidadania**. Série UFBA em Campo - Debates. Salvador: UFBA; 2001.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR. **Estudo para o Planejamento Integrado do Uso e Conservação dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Itapicuru-BA**. Salvador: Centro de Pesquisa e Extensão-CEPEX, 2001.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR. **Projeto Família, Organizações Socioculturais e políticas públicas: saberes e práticas no uso e conservação da água**. Salvador: Mestrado em Ciências da Família, 2003.